

Revista chilena de historia social popular

REVUELTAS

SANTIAGO, CHILE | NÚCLEO DE HISTORIA SOCIAL POPULAR


AÑO 07 | NÚMERO 13 | 2026 | ISSN 2452-5707

RESEÑAS

Fernando Ripe, Juliana de Mello Moraes e Mauro Dillmann, orgs., História das infâncias nos dois lados do Atlântico, entre o moderno e o contemporâneo. Caxias do Sul: EDUCS, 2025. 267 pp. ISBN 978-65- 5807-453-3.

Vanessa Marques de Oliveira

Mestranda PPGH
Universidade do Estado
de Santa Catarina, Brasil

 [0000-0002-1204-1569](https://orcid.org/0000-0002-1204-1569)
vanessa.m20001@gmail.com

Laís Martendal

Doutoranda PPGH
Universidade do Estado
de Santa Catarina, Brasil

 [0000-0002-9255-809](https://orcid.org/0000-0002-9255-809)
martendal@gmail.com

Forma de citación sugerida:

Oliveira, Vanessa Marques de. y Laís Martendal 2026. "História das infâncias nos dois lados do Atlântico, entre o moderno e o contemporâneo, organizado por Fernando Ripe, Juliana de Mello Moraes e Mauro Dillmann". *Revueltas. Revista Chilena de Historia Social Popular* 13: 115-121.

No cenário da História das Infâncias e Juventudes, observa-se o aumento do interesse por novas investigações que permeiam esta área, com ênfase em países da América Latina, como o México, a Argentina e, sem dúvida, também o Brasil. Não é surpreendente que a obra atualmente sob análise remeta a investigações que se conectam, de um lado, ao ambiente brasileiro. Além disso, mantém interação com o outro lado do Atlântico: embora Portugal não esteja inserido na conjuntura da América Latina, Portugal consolidou-se, nas últimas décadas, como um centro relevante na produção de conhecimento sobre a infância e a juventude. Destacam-se as contribuições da Sociologia da Infância desenvolvidas na Universidade do Minho (Sarmiento 2005).

Diante disso, entende-se que a obra “História das infâncias nos dois lados do Atlântico, entre o moderno e o contemporâneo”, com organização dos especialistas da História e da Educação Fernando Ripe, Juliana de Mello Moraes e Mauro Dillmann, merece atenção dentro das produções recentes que se vinculam à História das Infâncias e Juventudes, tendo sua publicação pela Editora da Universidade de Caxias do Sul (EDUCS) em 2025.

No prefácio, a historiadora Thais Nívea Fonseca delinea a evolução da historiografia da infância sob uma perspectiva atlântica e como a micro-história e novos aportes teóricos resgatam a agência de crianças outrora silenciadas pela documentação burocrática. Por sua vez, a apresentação dos organizadores explicita essa proposta ao explorar um “caleidoscópio” de realidades luso-brasileiras que, entre os séculos XIX e XXI, desafia modelos universais e homogêneos de infância. Ao cruzar diferentes fontes iconográficas, jurídicas e pedagógicas, a coletânea entrelaça as elucidações teóricas de Fonseca à prática documental de estudiosos dos dois lados do Atlântico, demonstrando como os diferentes discursos institucionais de controle foram tensionados por experiências humanas distintas. Assim, o conjunto se converte em uma defesa da pluralidade metodológica e da sensibilidade histórica frente às experiências infantojuvenis ao longo do tempo.

No primeiro capítulo, a historiadora Maria Antónia Lopes analisa o abandono infantil em Portugal, entre os séculos XVI e XIX, examinando as ações das autoridades que buscavam resolver esta questão. O foco reside no funcionamento de mecanismos como a Roda dos Expostos, uma prática secular de gestão do abandono que visava diminuir o infanticídio. A historiadora evidencia que, em Portugal, as casas de rodas estavam majoritariamente dissociadas da Igreja Católica, sendo, por outro lado, responsabilidade de cada distrito. Através de dados oficiais, como relatórios das comissões distritais, a autora indica que o aumento dos abandonos no final do século XIX motivou a extinção das rodas e o fim do anonimato na exposição de crianças. Segundo Lopes, Portugal viveu dois mo-

vimentos simultâneos: a limitação do abandono anônimo, visando preservar a força de trabalho e a honra familiar; e a expansão da assistência estatal a famílias em situação de vulnerabilidade econômica, permitindo que pais biológicos mantivessem seus filhos.

No capítulo seguinte, os historiadores Fernando Ripe e Mauro Dillmann argumentam que os jogos e brincadeiras infantis no século XVII eram produtos e produtores culturais, refletindo e fomentando os valores morais e sociais de sua época. A análise fundamenta-se no contraste entre a vigilância moral religiosa e a estética idílica da nobreza francesa, utilizando duas fontes do Seiscentos: o tratado “A arte de cuidar os filhos na idade da puerícia” (1685), do padre português Alexandre de Gusmão, e a coleção de gravuras “Les Jeux et Plaisirs de l’enfance” (1657), da francesa Claudine Bouzonnet-Stella. Enquanto Gusmão prescreveu uma diferenciação entre brincadeiras “honestas” e “ilícitas”, as imagens de Stella retrataram o lúdico como imitação da vida adulta da nobreza (como a guerra e o uso de armas). Segundo os autores, o contraste documental indica distinções na forma de enxergar as brincadeiras no século XVII, todavia converge no silenciamento compartilhado sobre o universo das meninas, que não eram retratadas. No fim, os historiadores destacam as formas de enxergar os jogos e os passatempos das crianças do Seiscentos na Europa.

O terceiro capítulo, do especialista em educação Ernesto Candeias Martins, examina a construção histórica das “outras infâncias”, crianças pobres, abandonadas ou desviantes, categorizadas como “anormais” e sujeitas a dispositivos de normalização entre os séculos XVIII e XX. A análise apura a transformação de medidas assistenciais e jurídico-educativas relativas às infâncias sob o prisma dos possíveis desvios sociais que esses grupos representavam. O autor averigua a transição das Rodas de Expostos para um aparato institucional complexo, consolidado pela Lei de Proteção à Infância de 1911, que articulava asilos, escolas de reforma e institutos de saúde mental. A fundamentação apoia-se em um grande *corpus* legislativo que contemplou desde as Ordenações Manuelinas e Filipinas até os Códigos Penais do século XIX e os decretos-lei do século XX que reformaram a assistência pública e o direito tutelar de menores, analisando também dicionários e discursos socioeducativos e jurídicos da época. Desta forma, o autor problematiza os processos de institucionalização da infância marginalizada em Portugal.

Em seguida, o historiador Juarez José Tuchinski dos Anjos propõe uma “história do menino” ao investigar o cotidiano da infância paranaense oitocentista, com foco nas vivências dos próprios sujeitos. O argumento central sustenta a infância como objeto histórico apreensível por meio dos sentidos e práticas produzidas na meninice, estruturando-se em dois eixos: a atuação infantil em

festividades religiosas e o universo lúdico como mediador das culturas da infância frente ao mundo adulto. Metodologicamente, a análise ancora-se em egodocumentos (memórias e autobiografias de figuras como Alcebíades Plaisant e Leôncio Correia). Embora já não fossem mais crianças, estas fontes ofereceram vestígios das relações sociais, da cultura material e da subjetividade infantil no século XIX. Diante disso, o historiador ressalta a importância do uso de egodocumentos para a compreensão acerca das crianças em outros períodos, afirmando que eles expandem as possibilidades de acessar o dia a dia daquelas que viveram no passado.

Por sua vez, o capítulo de Luís Mota, António Gomes Ferreira e Carla Vilhena analisa a implementação de um dispositivo sócio-sanitário liderado por Bissaya Barreto na região da Beira Litoral, durante o Estado Novo em Portugal. Ao investigar as Casas da Criança como um pilar central da Obra de Proteção à Grávida e Defesa da Criança (OPGDC), os autores propõem que este dispositivo articula assistência médica, higienismo e uma proposta pedagógica inovadora baseada na Educação Nova, especificamente no método de Maria Montessori. Ademais, pontua-se que era um projeto que visou a inovação, alcançando-a em alguma medida. No entanto, havia limitações, nas quais se faziam presentes tensões entre o discurso pedagógico inovador e a dura realidade socioeconômica de Portugal na metade do século XX.

Em sequência, reunindo rigor metodológico e sensibilidade histórica, Fabiano Quadro Ruckert e José Carlos da Silva Cardozo analisam as crianças em situação de vulnerabilidade social no Brasil como um “campo” de conflitos, onde legislações e instituições, do Juízo de Órfãos ao Código de Menores de 1927, serviram para regular as classes populares e camuflar a exploração do trabalho infantil sob o pretexto da assistência. Essa trajetória revela uma postura estatal contraditória entre o Império e a República que, ao mesmo tempo em que institucionalizou o amparo, criminalizava a pobreza, demonstrando que a historiografia da infância é uma construção política que reflete as tensões e as exclusões permanentes da sociedade brasileira.

O artigo de Elisângela da Silva Machieski e Camila Serafim Daminelli analisa como a Igreja Católica, influenciada pela Teologia da Libertação e pela Campanha da Fraternidade de 1987, atuou na redemocratização brasileira ao ressignificar o “menor” de uma figura marginal para um sujeito de direitos. Ao expor o “Ciclo da Marginalização” e adaptar essa denúncia à realidade local, como evidenciado em materiais da Diocese de Tubarão sobre o trabalho infantil na agricultura e mineração, a Igreja e os movimentos sociais foram decisivos na transição do mo-

delo punitivo da ditadura para a proteção integral consolidada no artigo 227 da Constituição de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

No artigo intitulado “Infâncias sem poesia”, a historiadora Silvia Maria Fávero Arend examina o perfil e a representação social de adolescentes envolvidos no tráfico em Florianópolis (1990-2005), destacando que, apesar da transição da “Doutrina da Situação Irregular” para a “Doutrina da Proteção Integral”, as instituições de segurança e justiça permanecem presas a antigos estigmas. A pesquisa revela que esses jovens, em sua maioria oriundos de famílias migrantes e pobres, enxergavam no tráfico uma “ética do provedor” diante da exclusão do mercado formal; em contrapartida, o discurso de juízes e delegados frequentemente reduzia essa complexidade à noção de “desestruturação familiar”, culpabilizando arranjos que fugiam ao modelo burguês enquanto o Estado falhava na implementação de medidas socioeducativas. Esse cenário de precariedade é reforçado pelo silêncio dos próprios adolescentes, que evitam falar por medo de represálias, evidenciando que a “infância sem poesia” é o desfecho de um processo histórico de violência e exclusão onde o sistema de justiça ou a morte precoce tornam-se os horizontes quase inevitáveis para a juventude periférica.

O estudo de Cláudia Panizzolo e Adilson Ednei Felipe analisa a infância em São Paulo da Primeira República (1889-1930), indicando uma realidade fragmentada entre as aspirações educacionais do Estado e a crueza da exploração laboral. Apoiando-se em fontes iconográficas e literárias, a pesquisa destaca como a desigualdade social e a imigração moldaram dois mundos distintos: enquanto a elite e imigrantes brancos acessaram modelos escolares diversos, dos Grupos Escolares às escolas étnicas, crianças negras, mestiças e pobres eram frequentemente empurradas ao trabalho fabril precoce ou à marginalidade. O cenário de «pequenos adultos», que compunham 25% da força de trabalho têxtil e participavam de movimentos políticos como a Greve de 1917, evidencia que, naquela «Belle Époque» paulistana, o direito ao lúdico e à educação era constantemente suprimido pela urgente necessidade de subsistência nas ruas e fábricas.

Em sequência, no texto “Representações hegemônicas sobre as crianças e a infância”, Mônica Teresinha Marçal analisa como periódicos pedagógicos luso-brasileiros da virada do século XIX para o XX construíram modelos ideais de infância sob as óticas higienista, jurídica e pedagógica. A autora argumenta que essa transição da criança de “adulto em miniatura” para objeto central do saber serviu como um projeto político de normatização e controle social, no qual a escola atuava como um laboratório de disciplinamento. Sob a retórica de proteção e modernização da Escola Nova, ocultavam-se estratégias de regeneração das “classes perigosas” e de marginalização de crianças negras e pobres, conso-

lidando uma distinção discriminatória entre a “criança”, sujeito de direitos, e o “menor”, alvo da tutela e repressão estatal.

Por fim, o artigo de Maria do Rosário da Cunha Peixoto e Olga Brites analisa como a literatura infantojuvenil de Fernanda Lopes de Almeida e Ana Maria Machado, nos anos 1970 e 1980, atuou como resistência ao autoritarismo e aos estereótipos tradicionais. Ao destacarem obras que exploram a construção da identidade brasileira abordando questões de gênero e a herança africana e indígena, as historiadoras demonstram que a infância é retratada como um espaço de criação política e contestação do poder cotidiano. Em última análise, essa produção literária funciona como uma metáfora da redemocratização, incentivando o jovem leitor a se reconhecer como um sujeito histórico capaz de romper com tradições obsoletas para transformar o presente e idealizar um futuro livre de opressões.

A obra, primordialmente, evidencia a dimensão dos diferentes tipos de fontes utilizados, a pluralidade metodológica e a diversidade de enfoques analíticos, tanto em termos de contornos espaciais quanto de perspectivas historiográficas e recortes temporais. Ademais, o volume destaca as convergências e as especificidades das populações infantojuvenis situadas em espaços outrora vinculados por um mesmo império. Diante disso, ao contemplar as infâncias em diferentes temporalidades e localidades de ambos os territórios, o livro demonstra um caráter internacional, pois oferece uma contribuição relevante para a compreensão da heterogeneidade das infâncias e juventudes no Brasil e em Portugal.

Nessa perspectiva, ao compreender o campo da História das Infâncias como uma produção historiográfica comprometida e socialmente engajada, torna-se fundamental evidenciar que a obra compõe investigações acerca das experiências de crianças, adolescentes e jovens inseridos em distintos contextos socioculturais, observando o rigor metodológico próprio do ofício da(o) historiadora(o). A obra não apenas possibilita a compreensão das dinâmicas de poder que atravessam as trajetórias de vida, mas também contribui para a construção de reflexões críticas capazes de transformar os modos de pensar as infâncias e as juventudes. Nesse sentido, corrobora a perspectiva do historiador Humberto da Silva Miranda (2021), ao afirmar que os pesquisadores dedicados à História das Infâncias e das Juventudes são “caçadores de histórias”; pois, por meio de um trabalho coletivo, desafiam o esquecimento e as estruturas de poder para construir uma história que reconhece crianças e jovens como protagonistas, capazes de sonhar e de construir dignidade e justiça.

Referências bibliográficas

- Miranda, Humberto da Silva. 2021. “Por que as infâncias? Uma homenagem à Esmeralda Blanco Moura e os(as) ‘Caçadores(as)’ de Histórias”. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, n.º 38: 18–34. <https://doi.org/10.29327/253484.1.38-3>.
- Sarmiento, Manuel Jacinto. 2005. “Gerações e alteridade: interrogações a partir da Sociologia da Infância”. *Educação & Sociedade* 26 (91): 361–378. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000200003>.